

FINANCIAMENTO

Investimento

Nos últimos anos o governo brasileiro e o setor financeiro vêm criando mecanismos para conter a devastação acelerada pela expansão da fronteira agrícola. No caso da Amazônia, algumas providências foram tomadas mais recentemente. Uma das mais relevantes se deu em fevereiro de 2008, quando o Banco Central, por meio do Conselho Monetário Nacional, baixou a Resolução 3.545, fechando o cerco aos produtores em situação irregular em municípios do bioma amazônico.

De acordo com a medida, em vigor desde 1º de julho do ano passado, quem quiser recursos de instituições financeiras públicas ou privadas para custear a produção precisa apresentar documentos que comprovem a regularidade do registro fundiário da propriedade e as licenças ambientais autorizando a exploração. Se o produtor já tiver conseguido o crédito, a liberação do financiamento pode até ser suspensa em definitivo, caso ocorra o embargo da área sem que as pendências ambientais sejam sanadas em até 12 meses.

A determinação, concebida por influência direta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tenta apagar um fogo que o próprio governo ajudou a acender. A relação entre dinheiro público e desmatamento aparece nitidamente em instrumentos como o Fundo Constitucional de Financiamento da Região Norte (FNO), do qual o Banco da Amazônia (Basa) é gestor.

Pecuária sem controle

Um estudo feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) sobre o setor da pecuária bovina de corte mostra que produtores desse segmento – reconhecidamente, os que mais contribuem para a devastação da floresta – foram contemplados com R\$ 1,89 bilhão do FNO, desde o início da gestão de Lula até 2007.

Desde os tempos da ditadura militar, quando o processo de colonização e de “integração” da Amazônia ganhou fôlego, generosos financiamentos de instituições públicas e privadas vêm bancando o desenvolvimento de atividades produtivas na floresta. Essa injeção de recursos não tem levado em conta os impactos socioambientais dos empreendimentos. Na área percorrida pela reportagem, alguns exemplos evidenciam elos preocupantes entre o setor financeiro e a atividade de grandes grupos empresariais cujas atividades geram grandes impactos socioambientais.

Não há um sistema adequado de controle. Levando em conta o acelerado ritmo de abertura de novas pastagens na região Norte, fica difícil acreditar que todos os pecuaristas da região sigam à risca o que reza a legislação.

A Resolução 3.545 descontentou expoentes políticos do agronegócio como Blairo Maggi, governador de Mato Grosso. O mandatário, que é também grande produtor de soja, chegou a afirmar em reunião do 1º Fórum de Governadores da Amazônia Legal, realizada em junho de 2008, que a restrição de crédito por irregularidade ambiental atingiria 45% da área agrícola e 42% da produção de seu estado – evidenciando o grau de irregularidade do setor. Com dois meses e meio de vigência da resolução, os financiamentos públicos concedidos pelo Basa e pelo Banco do Brasil despencaram até 15%. Por outro lado, a procura de produtores para regularizar a situação

de risco

fundiária de suas terras aumentou em 60%, de acordo com o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

O condicionamento do crédito a exigências de sustentabilidade é relativamente recente. Um dos marcos para a consolidação desse debate se deu quando a International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e o holandês ABN Amro promoveram um encontro internacional em outubro de 2002. Executivos de importantes bancos debateram os fatores que deveriam ser levados em conta para garantir o financiamento de atividades produtivas mais responsáveis dos pontos de vista social e ambiental.

Princípios do Equador

O encontro deu origem, em 2003, aos chamados Princípios do Equador – que tratam basicamente da proteção à biodiversidade e à diversidade étnica e cultural, do respeito aos direitos de populações indígenas e do combate à exploração criminosa de mão-de-obra e ao trabalho infantil. Também prevêm medidas de incentivo ao uso racional de recursos naturais e ao uso de fontes renováveis de energia.

Quatro empresas brasileiras – Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Unibanco – são signatárias dos Princípios do Equador. De acordo com a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que congrega as 29 maiores empresas públicas e privadas do setor, a preocupação com esse tema é partilhada por mais associados. A própria entidade já tomou iniciativas nesse sentido.

Em dezembro de 2005, por exemplo, o presidente da Febraban assinou uma declaração de intenções recomendando aos associados a restrição de crédito àqueles que figurassem na “lista suja” do trabalho escravo, cadastro oficial do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que

torna públicos os nomes dos produtores flagrados na prática desse crime. Segundo o último Relatório Social da organização, que teve 2007 como ano base, “65,4% de 26 instituições consideram aspectos socioambientais para a concessão de créditos, privilegiando projetos que promovam o desenvolvimento sustentável”.

Desde dezembro de 2003, os gestores dos Fundos Constitucionais de Financiamento nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não emprestam para empregadores relacionados na “lista suja”. Em seguida, os bancos públicos federais passaram a verificar essa relação antes de conceder qualquer modalidade de crédito ou financiamento. Alguns bancos privados também incorporaram a prática e não emprestam para quem foi flagrado explorando mão-de-obra escrava.

A ferramenta tem sido muito útil para evitar que empresários criminosos continuem obtendo apoio para produzir e escoar sua produção. Permanecer sem apoio financeiro para a produção durante dois anos – prazo mínimo de permanência no cadastro – pode inviabilizar empreendimentos, dependendo do seu nível de capitalização e da sua capacidade de buscar recursos através de tradings ou da própria indústria.

Em agosto de 2008, outro acontecimento mostrou o crescimento da importância desse assunto na agenda do setor financeiro brasileiro. Cinco bancos federais assinaram um “Protocolo Verde”, em cerimônia que contou com a presença do presidente e de oito ministros na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em Brasília. Pelo documento, eles se comprometem a levar em consideração os impactos de custos socioambientais nas análises de risco de clientes e de projetos de investimentos.

Apesar de largar na frente na discussão e adoção de critérios ecologicamente corretos, a ação da IFC já foi alvo de ponderações críticas do próprio Banco Mundial. Divulgado em julho de 2008, um relatório interno do Bird destacou que a supervisão da ação ambiental corretiva nos projetos financiados pela IFC na Amazônia é “inadequada e requer monitoramento independente”. O documento alerta para a necessidade de avaliar aspectos mais amplos do desmatamento na região amazônica para o apoio de projetos.

Produção de soja

Em 2004 a Amaggi – braço no setor graneleiro do Grupo André Maggi, da família do governador do Mato Grosso – recebeu US\$ 30 milhões da IFC para a construção de silos e pré-financiamento de fornecedores. Apesar de reconhecer os esforços da empresa para melhorar seus processos de monitoramento e mitigação, seja em

suas fazendas de soja, seja em áreas de terceiros, o relatório observa que 40% das compras da Amaggi não são objeto de qualquer controle. Tal constatação suscita cuidados, uma vez que a trading é signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e está presente em regiões com propriedades sojicultoras embargadas pelo Ibama.

Algumas empresas signatárias do Pacto Nacional, entre elas a Amaggi, vêm buscando estender as restrições comerciais também aos escravagistas que obtiveram liminares na Justiça para sair da “lista suja” – concedidas, via de regra, em ações que contestam a legalidade do cadastro em si. A dificuldade para monitoramento, no entanto, oferece brechas que permitem a continuidade do escoamento da produção de áreas flagradas com trabalho escravo.

Exemplo é o caso de Valmor da Cunha, proprietário da fazenda Floresta, que entrou na “lista suja” em julho de 2006 e obteve uma liminar na justiça pouco tempo depois. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) denunciou inclusive que um trabalhador havia sido ameaçado de morte na área. Em julho de 2008, a Amaggi adquiriu soja desse produtor, provavelmente por não ter conhecimento de que ele está excluído da relação por liminar. Durante o II Seminário do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, realizado em março deste ano em São Paulo, a empresa afirmou que conseguiu zerrar o número de fornecedores presentes na “lista suja” em 2009.

A IFC também já foi criticada em decorrência da liberação de recursos para a cadeia bovina no bioma amazônico. Em março do ano passado, 33 entidades de defesa do meio ambiente – como Greenpeace e WWF – questionaram um empréstimo de US\$ 90 milhões que a instituição vinculada ao Bird liberou para o grupo Bertin, um dos maiores frigoríficos do Brasil. O

dinheiro está sendo aplicado na ampliação da capacidade da empresa de processamento de carne e couro de bovinos na Amazônia. Na avaliação dos ativistas, que enviaram uma carta à direção do IFC contestando o negócio, o crescimento da atividade do Bertin na região poderia agravar ainda mais problemas como desmatamento, grilagem de terras e utilização de mão-de-obra escrava.

Em entrevista à Repórter Brasil, o IFC rebateu as críticas dizendo que as cláusulas previstas para a liberação do dinheiro ajudariam o grupo a melhorar o padrão de seus fornecedores. Bertin também conseguiu apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre setembro de 2007 e agosto deste ano, o frigorífico encabeçou a lista das principais contratações do principal banco estatal de fomento. O grupo tem à sua disposição R\$ 2,5 bilhões para consolidar seu plano de internacionalização e ampliar a capacidade de suas fábricas.

Outros dois gigantes do segmento de processamento de carne bovina, e com presença marcante na Amazônia, também foram contemplados por financiamentos do BNDES, no mesmo período. O JBS-Friboi, maior frigorífico do mundo em capacidade de abate, e o Marfrig, que abriu seu capital no ano passado na Bolsa de Valores de São Paulo, aparecem respectivamente na segunda e terceira posições, deixando claro o avanço do segmento da pecuária de corte no Brasil, que vem crescendo principalmente no Norte do país. Vale lembrar que, de acordo com a pesquisa de cadeia produtiva da pecuária bovina, ambas as empresas mantiveram relações comerciais com propriedades que apresentaram problemas.

Na ponta, as motosserras

A injeção desses recursos públicos não é bem vista pelos ambienta-

listas. “Fundamental é evitar que o crédito continue fomentando a devastação”, afirmaram Roberto Smeraldi e Fábio Feldmann, da diretoria da ONG Amigos da Terra, em artigo publicado em fevereiro de 2008 na Folha de S. Paulo: “A tarefa principal é condicionar o financiamento à cadeia, não só ao produtor. Se o BNDES ou o Banco Mundial continuarem a subsidiar obras de infraestrutura que estimulam a grilagem ou a ampliação da capacidade dos frigoríficos, sempre haverá alguém na ponta com uma motosserra”.

Outro projeto polêmico que conta com financiamento do BNDES é a exploração das jazidas de níquel, localizadas em três municípios do Sul do Pará, pela Mineradora Onça Puma – subsidiária da Vale. Em abril de 2007, o banco de fomento concedeu o maior limite de crédito rotativo de toda a sua história para a Vale. O montante chegou a R\$ 7,3 bilhões. Mas o dinheiro não será aplicado integralmente na extração do níquel, que deve começar já no primeiro semestre de 2009, consumindo um investimento total de cerca de US\$ 2,3 bilhões. O projeto Onça Puma integra uma lista com outros 17 empreendimentos da mineradora que têm amparo do BNDES.

Desde julho de 2008, a Vale trava uma briga na Justiça com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) por conta do projeto Onça Puma. A Procuradoria do órgão federal entrou com uma ação solicitando a suspensão das atividades da mineradora, acusada de comprar ilegalmente, entre 2003 e 2007, lotes em assentamentos próximos da jazida de níquel. Alguns dos moradores que venderam as terras alegam que foram coagidos a aceitar a oferta da empresa. O problema é que a Vale deveria ter feito a negociação diretamente com o Incra, pois as áreas pertencem à União e não aos assentados, que têm apenas uma espécie de direito de

uso da área.

No documento de defesa entregue à Justiça Federal no Pará, a empresa reconhece que não possuía autorização formal para a compra dos lotes. Porém, alega que se baseou numa expectativa de direito, já que o órgão federal tinha conhecimento das transações, e que estava apenas adiantando o processo de desocupação da área de seu interesse, antecipando-se à burocracia do Incra. A Vale obteve vitória em primeira instância, mas a Procuradoria do órgão federal recorreu e o caso agora segue para Brasília.

Financiamento a infratores

Há casos também de financiamento direto ao infrator. Em outubro de 2004, o produtor Elton Renato Hollenbach Zimpel obteve recursos do Finame Agrícola – programa para a aquisição de máquinas e equipamentos do BNDES. Em parceria com familiares de Nova Ubiratã (MT), ele adquiriu três colheitadeiras avaliadas em R\$ 1,4 milhão. No ano seguinte, foi multado por desmatar floresta nativa na fazenda Vó Ruth e, em 2006, sofreu nova autuação por destruir área de preservação. A área de 1,4 mil hectares foi embargada pelo Ibama. Para completar o quadro, um mês após receber recursos do BNDES, Zimpel foi fiscalizado pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), numa ação que resgatou 13 trabalhadores em condições degradantes e gerou indenizações trabalhistas de R\$ 25 mil.

O Banco do Brasil financiou, no início da década, a compra de 360 matizes e dez reprodutores bovinos em favor do pecuarista Eder Politano, criador em Peixoto de Azevedo (MT). Anos depois, em 2008, ele foi autuado por desmatar floresta e instalar empreendimento agropasto-

ril sem autorização ambiental em Marcelândia (MT), município vizinho. Os recursos para a aquisição dos animais vieram do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), administrado pelo Ministério da Integração Nacional (MIN).

Os impactos sociais e ambientais que podem ser gerados por obras de infraestrutura de grande porte motivaram a articulação de 20 organizações sociais, reunidas na chamada Plataforma BNDES. Em setembro de 2008, essas organizações enviaram uma carta ao principal banco de fomento do país, solicitando a não aprovação dos pedidos de financiamento de hidrelétricas. Esses projetos se encontram em fase de análise pela instituição e chegam à casa dos R\$ 14 bilhões. As entidades também chamam a atenção para o fato de que existem pelo menos quatro Ações Cíveis Públicas que questionam a sustentabilidade dos empreendimentos. A geração de energia elétrica na Amazônia conta com aporte de instituições financeiras públicas e privadas.

Outro problema em discussão é o das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso tem concedido licenças para operação das usinas, mas há populações tradicionais que questionam a sua instalação. Em fevereiro de 2008, por exemplo, entrou em operação a usina Paranatinga II, a primeira PCH da cabeceira do rio Xingu. O projeto chegou a ser paralisado por ação do Ministério Público Federal, que contesta as bases do licenciamento ambiental da obra. A usina é controlada pela Atiaia Energia, que conta com o apoio financeiro de Unibanco, Santander, Banco Real e Bradesco por meio de linhas de crédito rotativo no valor total de aproximadamente R\$ 50 milhões.

Além de poluição e de prejuízos à flora, indígenas temem que a construção de barragens afete o ciclo de vida dos peixes, base alimentar local. A usina possui um sistema de canais para viabilizar a migração dos cardumes na época da piracema, o que não remove a apreensão dos ambientalistas. A Atiaia Energia, por sua vez, afirma que cuidados com o meio ambiente são prioritários desde o início do empreendimento e que a reprodução de peixes não será prejudicada.

Manifesto de investidores

Durante o 2º Seminário do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, realizado em São Paulo no dia 18 de março, foi lançado um manifesto público de investidores nacionais e internacionais, por meio do Fórum Latino-Americano de Finanças Sustentáveis (Lasff), sobre os riscos do envolvimento direto e indireto de empresas na exploração de mão-de-obra escrava.

O conglomerado pede que empresas de capital aberto se posicionem sobre atitudes pró-ativas relacionadas à erradicação do trabalho escravo nas suas operações e em sua cadeia produtiva. O Lassf – iniciativa do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (GVCes) e do International Finance Corporation (IFC), braço privado do Banco Mundial (Bird) – recomenda ainda o suporte ao Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – por meio da adesão ao mesmo e do incentivo à adesão de seus fornecedores – e a adoção de formas de monitoramento do possível aproveitamento criminoso de trabalho escravo no ciclo produtivo da própria empresa ou em alguma das etapas de suas cadeias produtivas.